

DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DA ESCUTA DOCENTE

Bianca Polli Rodrigues¹

Resumo: Este artigo tem objetivo de compreender os desafios enfrentados por professoras da Educação Infantil para promover práticas pedagógicas voltadas à educação para a sustentabilidade. A pesquisa possui abordagem qualitativa, com aplicação de questionários. A fundamentação teórica baseou-se em autores como Carvalho (2002; 2004), Leff (2000; 2001; 2003), Guimarães (2000) e Freire (1996). Os resultados evidenciam entraves relacionados à infraestrutura, ao currículo prescrito, à ausência de apoio institucional e à desvalorização da natureza como elemento formativo. Conclui-se que é necessário fortalecer políticas e formações que articulem educação infantil e sustentabilidade de modo crítico e coletivo.

Palavras-chave: Educação Infantil; Sustentabilidade; Práticas Pedagógicas; Formação Docente.

Abstract: This article aims to understand the challenges faced by Early Childhood Education teachers in promoting pedagogical practices oriented toward education for sustainability. The research adopts a qualitative approach and employs questionnaires as the primary instrument. The theoretical framework is based on authors such as Carvalho (2002; 2004), Leff (2000; 2001; 2003), Guimarães (2000), and Freire (1996). The results highlight obstacles related to infrastructure, the prescribed curriculum, the lack of institutional support, and the devaluation of nature as a formative element. It is concluded that it is necessary to strengthen policies and professional development initiatives that critically and collectively articulate early childhood education and sustainability.

Keywords: Early Childhood Education; Sustainability; Pedagogical Practices; Teacher Education.

¹ Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: biancapollirodrigues@gmail.com

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 212-227, 2025.

Introdução

As crianças pequenas mantêm uma relação intensa com o mundo que as cerca. Elas tocam, sentem, observam, experimentam. Estão abertas ao espanto diante do voo de um pássaro ou do brilho da água na pedra. No entanto, essa abertura sensível tem sido cada vez mais limitada por formas de organização social e escolar que restringem o contato com a natureza e priorizam rotinas fechadas em espaços artificiais e emparedados. Nesse contexto, promover a educação para a sustentabilidade na Educação Infantil se revela um desafio urgente e necessário, especialmente em tempos marcados por crises ecológicas e pela banalização da vida.

Este artigo é um recorte de uma pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Pedagogia, realizada em um município paranaense, que teve como objetivo compreender os principais desafios enfrentados por professoras da Educação Infantil para promover práticas pedagógicas voltadas à educação para a sustentabilidade. A investigação se insere em um campo de debate que articula o direito da criança à natureza, o papel formativo da escola e a responsabilidade social da educação frente às questões ambientais contemporâneas.

A escolha por ouvir as professoras da rede municipal de ensino justifica-se pelo lugar que ocupam como mediadoras das experiências infantis e por sua atuação direta na elaboração e condução das práticas cotidianas. Foram aplicados questionários com questões abertas, com foco em suas percepções, experiências e dificuldades no desenvolvimento de propostas pedagógicas que favoreçam o vínculo das crianças com a natureza. A análise dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), a partir da categorização de núcleos de sentido recorrentes nas falas das participantes. O estudo também se apoia em uma fundamentação teórica construída a partir de levantamento bibliográfico prévio, com destaque para os autores Isabel Carvalho (2002; 2004), Enrique Leff (2000; 2001; 2003), Mauro Guimarães (2000) e Paulo Freire (1996), cujas contribuições atravessam criticamente os campos da Educação Ambiental, da ecologia política e da formação docente.

A partir da sistematização e análise das respostas, emergiram quatro categorias centrais que estruturam a discussão dos resultados: (1) Infraestrutura escolar limitada e ausência de espaços verdes; (2) Currículo engessado e excesso de demandas burocráticas; (3) Iniciativas isoladas e ausência de apoio institucional; e (4) Desafios cotidianos na relação criança-natureza. Os dados evidenciam que, embora existam iniciativas e sensibilidades por parte das docentes, ainda há entraves estruturais, institucionais e formativos que dificultam a inserção consistente da educação para a sustentabilidade na Educação Infantil.

Fundamentação teórica

A produção acadêmica voltada à temática da educação para a sustentabilidade vem se ampliando nas últimas décadas, principalmente a partir da consolidação de políticas públicas voltadas à Educação Ambiental e da emergência de práticas pedagógicas mais críticas e transformadoras. Para compreender o panorama recente dessa discussão, realizou-se uma busca na BDTD, com foco em dissertações e teses da área da Educação que abordassem os desafios para implementação de práticas sustentáveis no contexto escolar, com recorte temporal dos últimos dez anos. Foram selecionados cinco trabalhos que, embora não tratem especificamente da Educação Infantil, oferecem subsídios teóricos e metodológicos relevantes à problemática investigada neste artigo.

A dissertação de Almeida (2018) analisa a experiência de estágio supervisionado no Centro de Integração Socioambiental (CISA), vinculado à UFRRJ, destacando a atuação da Sala Verde como espaço formativo pautado nos princípios da Educação Ambiental Crítica. A pesquisa evidencia a importância de práticas pedagógicas integradoras que articulem currículo e território, reforçando a formação de sujeitos ecológicos por meio de ações educativas contextualizadas e dialógicas.

Já o trabalho de Santos (2022) propõe a construção de uma metodologia de Educação Ambiental crítica-transformadora a partir da articulação entre trilhas ecológicas e temas geradores, inspirada na pedagogia freireana. A autora defende a potencialidade dos espaços não formais na promoção de reflexões sobre as desigualdades socioambientais, além de destacar a importância da escuta comunitária e da elaboração coletiva de materiais didáticos que possam ser replicados em contextos escolares diversos.

A dissertação de Castro (2017) problematiza a presença da Educação Ambiental na educação básica por meio da análise de práticas desenvolvidas no CAIC Paulo Dacorso Filho. A autora defende a construção de um letramento ambiental, entendido como prática social que articula saberes locais, leitura crítica da realidade e reflexão sobre sustentabilidade, destacando o papel da escola na formação de sujeitos conscientes de sua inserção no meio ambiente.

A pesquisa de Conceição (2015) investiga os impactos dos conflitos socioambientais na prática docente de uma escola situada na Ilha da Madeira, em Itaguaí/RJ. A partir da análise textual discursiva de entrevistas com professoras, o estudo evidencia como questões ambientais atravessam o cotidiano escolar e revelam tensões entre currículo prescrito e realidade vivida. A autora aponta a importância da escuta docente e do reconhecimento dos territórios na construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às contradições socioambientais.

Por fim, a tese de Faria (2021) apresenta uma experiência de pesquisa-formação on-line voltada à Educação Ambiental, fundamentada na

abordagem da Convivência Pedagógica. A proposta busca superar os limites da racionalidade instrumental por meio de uma formação crítica, colaborativa e vivencial, valorizando os saberes da experiência e a articulação entre processos formativos presenciais e virtuais. Embora a pesquisa não se concentre na Educação Infantil, sua contribuição metodológica é relevante para pensar a formação docente em diferentes etapas da escolarização.

Em conjunto, os trabalhos analisados evidenciam a centralidade da Educação Ambiental Crítica como eixo estruturante das práticas pedagógicas voltadas à sustentabilidade. Apesar das diferentes abordagens, há um consenso em torno da necessidade de integrar teoria e prática, currículo e território, escola e comunidade. No entanto, observa-se uma lacuna significativa no que se refere à Educação Infantil: poucos estudos têm investigado os desafios específicos enfrentados por professoras de crianças pequenas na promoção de práticas sustentáveis. A pesquisa aqui apresentada busca contribuir para esse debate, ao escutar as vozes docentes e analisar as condições concretas que atravessam o cotidiano da Educação Infantil no que tange à educação para a sustentabilidade.

Complementando a análise da BDTD, realizou-se uma segunda busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando a combinação dos descritores: “Educação para a sustentabilidade”, “Educação Ambiental”, “Sustentabilidade na educação” e “Criança e natureza”. Aplicando-se os filtros da área da Educação e do recorte temporal entre 2015 e 2025, nenhum trabalho foi identificado. Esse resultado, por mais que possa parecer negativo em um primeiro momento, evidencia uma lacuna importante na produção científica brasileira: há escassez de pesquisas que articulem diretamente os campos da Educação Infantil, da Educação Ambiental crítica e da promoção de práticas sustentáveis no cotidiano escolar. Tal ausência reforça a originalidade e a relevância da presente investigação, ao propor-se a escutar docentes da Educação Infantil sobre os desafios enfrentados para efetivar práticas sustentáveis em contextos concretos, especialmente em instituições públicas de educação básica.

A partir da análise dos trabalhos selecionados na BDTD, organizou-se o quadro 1 para melhor visualização dos estudos encontrados. A sistematização tem como objetivo evidenciar a fundamentação teórica de cada pesquisa, identificando os principais autores mobilizados e as aproximações com a temática investigada neste artigo. Essa organização também visa reforçar o critério de utilização de referências atuais, extraídas de fontes qualificadas, conforme orienta o modelo de elaboração de artigos científicos. Além disso, o quadro permite visualizar com maior clareza os focos de investigação, as metodologias adotadas e os referenciais teóricos que sustentam as discussões apresentadas nas dissertações e teses analisadas.

Quadro 1: Mapeamento dos trabalhos (2015 - 2025) – BDTD e CAPES.

Autor (Ano)	Título	Nível	Referencial teórico
Almeida (2018)	Estágio supervisionado com enfoque na Educação Ambiental: perspectivas de uma sala verde	Mestrado	Carvalho (1998) Guimarães (1995, 2006, 2012) Jacobi (2005) Leff (2001) Boff (1999) Freire (1982, 1991, 1996, 2006) Brandão (1999) Gadotti (1994)
Santos (2022)	Construção de uma proposta de EA crítica-transformadora: temas geradores e trilhas	Mestrado	Carvalho (1998) Guimarães (1995, 2006, 2012) Leff (2001) Boff (1999) Freire (1970, 1982, 1991, 1992, 1996)
Castro (2017)	O letramento e a Educação Ambiental no CAIC Paulo Dacorso Filho: limites e possibilidades	Mestrado	Carvalho (1998) Guimarães (2004) Jacobi (2005) Freire (1982, 1992, 1996)
Conceição (2015)	Conflitos socioambientais e seus reflexos nas práticas pedagógicas escolares	Mestrado	Guimarães (1995, 2006) Carvalho (1998) Leff (2001) Freire (1970, 1982, 1992, 1996, 2006)
Faria (2021)	Pesquisa-formação em Educação Ambiental on-line: experiências e saberes em rede	Doutorado	Guimarães (2004, 2012) Carvalho (1998) Leff (2001) Freire (1982, 1991, 1996, 2006)

Fonte: A autora, 2025.

Com base na análise da fundamentação teórica dos cinco trabalhos selecionados, observa-se uma forte recorrência de autores consolidados no campo da Educação Ambiental Crítica, com destaque para Isabel Cristina de Moura Carvalho, Mauro Guimarães, Enrique Leff e Paulo Freire. Esses nomes aparecem sistematicamente nas dissertações e teses analisadas, evidenciando uma ancoragem teórica comum que articula perspectivas críticas da educação, sustentabilidade e ecologia política. Autores como Carlos Rodrigues Brandão, Moacir Gadotti, Leonardo Boff e Pedro Jacobi também são mencionados, embora com menor frequência, reforçando o caráter interdisciplinar e humanista dos referenciais adotados.

Outro ponto que chama atenção é o nível dos trabalhos encontrados: quatro das cinco produções são dissertações de mestrado, e apenas uma é uma tese de doutorado, defendida em 2021. Esse dado sugere uma predominância de estudos em nível de pós-graduação stricto sensu intermediário, indicando uma possível lacuna em investigações mais aprofundadas e consolidadas sobre o tema em nível de doutorado. Além disso, isso pode apontar para a necessidade de continuidade e ampliação das pesquisas na área, especialmente quando se considera a complexidade crescente das questões socioambientais no contexto contemporâneo.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 212-227, 2025.

Quanto à distribuição temporal, os trabalhos estão situados entre 2015 e 2022, com maior concentração entre os anos de 2017 e 2022. No entanto, observa-se que nenhuma das produções é posterior a 2022, revelando uma ausência de publicações recentes nos últimos três anos. Em um cenário de rápidas transformações ambientais e educacionais, essa defasagem cronológica também representa um ponto crítico, indicando a importância de novas investigações que atualizem o debate à luz dos desafios mais contemporâneos da educação para a sustentabilidade na Educação Infantil.

A Educação Ambiental Crítica constitui o principal eixo teórico que sustenta as produções acadêmicas analisadas nesta pesquisa, apontando para a necessidade de práticas pedagógicas emancipadoras, que superem a racionalidade instrumental e promovam o diálogo entre escola, território e comunidade. De acordo com Carvalho (1998, 2004, 2005, 2008), a Educação Ambiental deve ser compreendida como um campo político-pedagógico que envolve disputas por sentidos e práticas educativas comprometidas com a transformação social. Nesse sentido, a autora destaca a importância de reconhecer os conflitos socioambientais como constituintes das relações humanas e como ponto de partida para processos formativos contextualizados. Já Guimarães (1995, 2004, 2006, 2012) enfatiza a dimensão ética e formativa da Educação Ambiental, propondo abordagens que articulem a complexidade dos sistemas vivos, a historicidade dos sujeitos e a construção de uma racionalidade ambiental crítica.

Entre os referenciais analisados, destaca-se também a contribuição de Enrique Leff (2001), ao propor a ecologia política como base para a sustentabilidade, compreendida não apenas como um ideal ecológico, mas como uma construção epistemológica e cultural. Para o autor, a sustentabilidade exige a superação de paradigmas hegemônicos que dissociam natureza e cultura, e pressupõe a valorização dos saberes locais, da diversidade e do cuidado com a vida. Essa concepção dialoga diretamente com a proposta de Paulo Freire (1970, 1982, 1991, 1992, 1996, 2006), cuja pedagogia do oprimido fundamenta-se na escuta, no diálogo e na problematização da realidade como práticas transformadoras. O autor defende que a educação não deve ser neutra, mas comprometida com a libertação dos sujeitos, sendo, portanto, essencial na formação de uma consciência ambiental crítica e coletiva.

Outros autores citados nas produções analisadas também oferecem aportes relevantes para a fundamentação desta pesquisa. Carlos Rodrigues Brandão (1999), por exemplo, ao discutir a educação popular, enfatiza a valorização dos saberes da experiência e das culturas locais, contribuindo para a construção de práticas educativas sensíveis ao território. Moacir Gadotti (1994) reforça a importância da educação como prática de sustentabilidade, articulando os princípios da cidadania planetária à formação ética e política dos educadores. Leonardo Boff (1999), por sua vez, oferece uma perspectiva teológica e ética do cuidado com a Terra, apontando para a espiritualidade ecológica como elemento transformador. Já Jacobi (2005) analisa as interfaces

entre participação, educação e meio ambiente, destacando o papel da gestão democrática e da cidadania ativa na promoção de práticas sustentáveis.

Assim, os referenciais teóricos mobilizados nesta pesquisa convergem para a compreensão da educação para a sustentabilidade como um processo formativo integral, dialógico, situado e comprometido com a transformação social. Ao reunir autores que dialogam com a complexidade, a ética ambiental, a formação docente e a crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento, esta fundamentação sustenta a proposta investigativa aqui delineada, que busca compreender os desafios enfrentados pelas professoras da Educação Infantil na promoção de práticas pedagógicas sustentáveis. Ao incorporar contribuições de estudos anteriores e reconhecer as lacunas existentes — especialmente no que se refere à Educação Ambiental na primeira infância —, este trabalho propõe-se a avançar na construção de novos sentidos para a formação docente e para as práticas pedagógicas comprometidas com a sustentabilidade e com a justiça socioambiental.

Metodologia

Este artigo é um recorte de uma pesquisa desenvolvida no Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, cuja problemática investigativa concentrou-se em compreender os principais desafios enfrentados por professoras da Educação Infantil para a promoção da Educação para a Sustentabilidade. Nesse sentido, o estudo voltou-se à escuta docente, considerando a centralidade das educadoras na implementação de práticas pedagógicas sustentáveis no cotidiano escolar.

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo, conforme classificação de Gil (2008). A investigação bibliográfica fundamentou-se em um mapeamento prévio da produção acadêmica nacional, com foco em dissertações e teses sobre a temática da Educação Ambiental e da Educação para a Sustentabilidade na área da Educação. Esse levantamento, alinhado aos pressupostos metodológicos do estado do conhecimento, serviu como base teórica para o aprofundamento da discussão e para a construção dos instrumentos de coleta de dados.

A etapa de campo consistiu na aplicação de um questionário com perguntas abertas, destinado a professoras atuantes na rede pública de Educação Infantil de um município paranaense. A escolha por docentes como participantes deve-se à sua posição privilegiada na mediação das práticas pedagógicas e no desenvolvimento de propostas que favoreçam o contato das crianças com a natureza e com valores voltados à sustentabilidade. As questões foram elaboradas com o objetivo de identificar os principais desafios, obstáculos e possibilidades vivenciadas pelas educadoras no cotidiano das instituições em que atuam.

A escolha deste instrumento torna-se relevante, pois como afirma Gil (2008, p. 122), quando explicita que o questionário “possibilita atingir grande

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 212-227, 2025.

número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa”.

Os dados obtidos por meio dos questionários foram analisados à luz da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1997), com foco na categorização das respostas a partir de eixos de sentido que emergiram das falas das participantes. Esse processo envolveu a leitura flutuante, a codificação e a organização das unidades de registro em categorias temáticas, respeitando a complexidade dos discursos e a multiplicidade de experiências relatadas pelas docentes. A análise buscou, assim, interpretar os significados atribuídos pelas professoras às suas vivências, evidenciando as contradições, os limites e as potencialidades presentes na prática pedagógica voltada à Educação para a Sustentabilidade na Educação Infantil.

Nesse sentido, a partir da análise qualitativa das respostas das professoras, foram estabelecidas quatro categorias que organizam os principais núcleos de sentido emergentes no corpus da pesquisa. São elas: (1) Infraestrutura escolar limitada e ausência de espaços verdes, que evidencia as dificuldades físicas e espaciais das instituições para promover práticas sustentáveis; (2) Currículo engessado e excesso de demandas burocráticas, que aponta os obstáculos impostos por planejamentos rígidos e acúmulo de tarefas administrativas; (3) Iniciativas isoladas e ausência de apoio institucional, que revela a carência de políticas públicas e de suporte coletivo para as ações ambientais desenvolvidas nas escolas; e (4) Contato espontâneo com a natureza nos momentos de brincadeira, que destaca as experiências sensíveis das crianças com o ambiente natural, mesmo quando não intencionalmente planejadas. A categorização dos dados permitiu interpretar as contribuições, desafios e possibilidades percebidas pelas docentes em relação à promoção da educação para a sustentabilidade na Educação Infantil.

Resultados

A análise dos questionários aplicados às professoras da Educação Infantil evidenciou um conjunto de desafios enfrentados cotidianamente na promoção de práticas voltadas à Educação para a Sustentabilidade. As respostas foram organizadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), resultando em categorias temáticas que expressam sentidos comuns entre os discursos, aqui denominadas eixos de sentido. A seguir, discutimos as categorias emergentes à luz dos referenciais teóricos mobilizados ao longo da pesquisa.

Falta de formação continuada voltada à sustentabilidade

Um dos aspectos mais recorrentes nos relatos das docentes refere-se à ausência de formação continuada específica sobre Educação Ambiental e sustentabilidade na primeira infância. As professoras apontam que, embora reconheçam a importância do tema, muitas vezes sentem-se despreparadas

para planejar e conduzir atividades que articulem teoria e prática em prol da formação ecológica das crianças. Essa constatação dialoga com autores como Guimarães (2004) e Carvalho (2008), que defendem a necessidade de políticas formativas que promovam uma Educação Ambiental crítica e situada nos contextos escolares.

A análise das respostas das docentes evidencia uma carência significativa de formação continuada que contemple, de forma específica, a promoção da sustentabilidade na Educação Infantil. Embora diversos fatores materiais e estruturais sejam mencionados, a ausência de momentos formativos que promovam reflexões e práticas voltadas à Educação Ambiental crítica aparece como um obstáculo central à efetivação de propostas pedagógicas mais sensíveis às questões socioambientais. A seguir, destacam-se algumas falas representativas dessa categoria:

Espaços físicos dos CMEIs (Professora 1).

Acho que toda atividade prática é um desafio tanto para professores como para alunos, pois envolve muitas coisas, dentre elas um lugar adequado, atrativo e que não traga perigo ao aluno (Professora 3).

Um dos principais desafios para promover práticas que enfatizem a promoção do brincar na natureza na Educação Infantil reside na estrutura limitada da nossa escola, caracterizada por um espaço físico reduzido que dificulta a implementação dessas atividades (Professora 7).

Os desafios são as dificuldades em se ter acesso a ambientes naturais para poder levar as crianças (Professora 10).

O tempo, pois temos muitas atividades para serem cumpridas, que não nos possibilitam planejar associando o contato com a natureza (Professora 14).

Essas falas revelam não apenas a limitação física dos espaços escolares, mas também a sobrecarga de tarefas e a ausência de planejamento específico que contemple o contato com a natureza. Nota-se que a formação docente atual ainda se apoia, em muitos casos, em uma perspectiva técnico-metodológica centrada na racionalidade instrumental, sem aprofundar a dimensão política e filosófica da Educação Ambiental.

Segundo Guimarães (2004), a formação de educadores ambientais deve ir além do oferecimento de instrumentos práticos, buscando promover uma postura crítica e transformadora frente às contradições socioambientais. Isso exige romper com paradigmas conservadores e estimular nos docentes a capacidade de agir coletivamente em prol de ambientes educativos que favoreçam o pertencimento à natureza e à comunidade.

Carvalho (2008), por sua vez, argumenta que a identidade do educador ambiental se constitui em um campo de relações complexas, que envolvem subjetividade, história e compromisso com os modos de uso dos recursos naturais. Nesse sentido, formar professores para atuarem em prol da sustentabilidade implica compreender os problemas ambientais como expressão de um modelo de desenvolvimento que precisa ser superado — tarefa que requer não apenas conhecimento técnico, mas também sensibilidade, criticidade e envolvimento ético-político.

A ausência de formações continuadas que articulem essas dimensões contribui para que as práticas pedagógicas na Educação Infantil permaneçam distantes das reais possibilidades de enfrentamento da crise socioambiental. Torna-se urgente, portanto, investir em políticas de formação que priorizem a Educação Ambiental crítica como eixo estruturante da atuação docente.

Infraestrutura escolar limitada e ausência de espaços verdes

Outro eixo de sentido identificado diz respeito às limitações estruturais das instituições de Educação Infantil. Muitas docentes relataram a inexistência ou a precariedade de espaços externos, como jardins e quintais, o que dificulta a realização de atividades ao ar livre e o contato direto das crianças com elementos naturais. Essa realidade evidencia a persistência de uma lógica escolar emparedada, em que o brincar e o aprender ainda ocorrem majoritariamente em espaços fechados, pouco estimulantes do ponto de vista ambiental.

Esse cenário também reflete a ausência de um compromisso institucional mais profundo com os princípios de uma Educação Ambiental crítica, como defendem Guimarães (2004) e Leff (2001), os quais apontam para a importância de reorganizar os espaços educativos de forma a integrar a natureza como parte viva do processo formativo. Paulo Freire (1996), ao enfatizar a dialogicidade e a práxis transformadora, contribui para compreender a importância de ambientes que favoreçam o encontro entre sujeitos e mundo, superando as barreiras físicas e simbólicas que limitam a experiência infantil com o ambiente natural.

Outro eixo de sentido identificado diz respeito às limitações estruturais das instituições de Educação Infantil. Muitas docentes relataram a inexistência ou a precariedade de espaços externos, como jardins e quintais, o que dificulta a realização de atividades ao ar livre e o contato direto das crianças com elementos naturais. Essa realidade evidencia a persistência de uma lógica escolar emparedada (Tiriba, 2018), em que o brincar e o aprender ainda ocorrem majoritariamente em espaços fechados, pouco estimulantes do ponto de vista ambiental.

As falas das professoras apontam para essas limitações com clareza:

Muitas vezes estrutura e condições no dia a dia, mas proporcionamos o que podemos fazer de melhor nos espaços e condições que temos (Professora 2).

O espaço para as atividades e momentos de passeio (Professora 9).

O tempo, pois temos muitas atividades para serem cumpridas, que não nos possibilitam planejar associando o contato com a natureza (Professora 14).

No meu ver, espaços que ofereçam esse contato de forma natural, onde a criança possa escolher os materiais que deseje utilizar nas suas brincadeiras (Professora 21).

Tais depoimentos evidenciam como a ausência de ambientes naturais e a limitação dos espaços físicos comprometem diretamente a materialização de propostas sustentáveis e sensíveis à natureza no cotidiano escolar. A precariedade estrutural não se resume à ausência de árvores ou áreas verdes, mas reflete uma concepção empobrecida de ambiente educativo.

Essa situação dialoga com a compreensão de Leff (2001), que defende que o ambiente deve ser entendido como uma construção social, atravessada por valores, saberes e práticas que precisam ser ressignificados no contexto educativo. Ao propor uma pedagogia do ambiente, o autor afirma que as práticas educativas devem emergir da realidade vivida pelos sujeitos, sendo orientadas pelas dimensões ecológicas e culturais dos territórios em que estão inseridas.

Carvalho (2002, 2004), por sua vez, aponta que a constituição de sujeitos ecológicos requer o envolvimento com experiências educativas que promovam a reflexão crítica sobre as relações entre natureza, sociedade e cultura. Para a autora, é necessário ultrapassar uma visão meramente naturalista do ambiente, reconhecendo-o como espaço de disputa simbólica e formativa. Isso implica considerar as múltiplas formas pelas quais os sujeitos vivenciam o território, inclusive em contextos urbanos onde o verde é escasso.

Por fim, à luz de Freire (1996), compreende-se que o enfrentamento das limitações estruturais exige uma postura pedagógica dialógica e engajada. A transformação dos espaços escolares não se dá apenas por reformas físicas, mas por meio de um olhar crítico dos educadores, que se colocam como sujeitos inconclusos e em constante formação. Um professor que reconhece as contradições do contexto e mobiliza a comunidade escolar em torno da construção de novos sentidos e práticas abre caminho para experiências mais potentes, mesmo diante da escassez material.

Currículo engessado e excesso de demandas burocráticas

As participantes também destacaram a rigidez dos planejamentos curriculares e o acúmulo de tarefas burocráticas como obstáculos à inserção de práticas sustentáveis no cotidiano pedagógico. Muitas afirmam que, mesmo tendo interesse e sensibilidade pela temática ambiental, o excesso de conteúdos obrigatórios, avaliações e exigências institucionais esvazia o tempo e a criatividade necessárias para desenvolver propostas inovadoras e sensíveis ao território.

A seguir, algumas falas que expressam essa tensão:

O tempo, pois temos muitas atividades para serem cumpridas, que não nos possibilitam planejar associando o contato com a natureza (Professora 14).

A rotina diária, onde a cada momento temos uma rotina para seguir, realizando todos os objetivos daquele dia. Acabando ficando um pequeno tempo para desenvolver o contato com as crianças (Professora 19).

Organização do tempo e materiais (Professora 20).

Professoras sozinhas em sala e alunos que necessitam de apoio individual são algumas questões que desafiam (Professora 12).

A comodidade dos profissionais, é só ter força de vontade e criatividade, virar crianças novamente e gostar do que faz (Professora 15).

As falas revelam que o tempo pedagógico fragmentado e a centralidade em conteúdos normatizados acabam dificultando a construção de experiências sensíveis e integradoras, que considerem a Educação Ambiental como eixo transversal e não como apêndice curricular.

Para Paulo Freire (1996), a prática docente crítica requer abertura ao inédito, à escuta do contexto e ao engajamento com as necessidades reais dos sujeitos. Essa perspectiva dialoga com a noção de “educador crítico e consciente”, capaz de repensar e recriar o currículo a partir de sua prática e das demandas do território.

Isabel Carvalho (2004) reforça que a constituição de um sujeito ecológico passa pela ruptura com modelos educativos mecanizados e descontextualizados. Para tanto, é necessário que o currículo esteja a serviço da formação integral e da construção de valores éticos e ecológicos, e não submetido a lógicas produtivistas e burocráticas.

Leff (2003) acrescenta que a educação deve promover a “desconstrução do pensado para pensar o ainda não pensado”, desafiando os currículos tradicionais a abrirem-se à complexidade ambiental e à pluralidade

de saberes. Nessa direção, Brandão destaca a importância do diálogo entre os saberes populares e acadêmicos, reconhecendo os territórios como espaços educativos ricos em experiências, práticas e sentidos.

A partir dessa lente crítica, é possível perceber que a transformação curricular em direção à sustentabilidade não depende apenas da vontade dos professores, mas exige condições estruturais, formação continuada, valorização docente e políticas públicas comprometidas com a justiça ambiental e social.

Iniciativas isoladas e ausência de apoio institucional

Por fim, algumas professoras relataram experiências bem-sucedidas de práticas sustentáveis, como hortas escolares, projetos de reciclagem e oficinas de reaproveitamento de materiais. No entanto, tais ações ocorrem de forma pontual e muitas vezes dependem exclusivamente do empenho individual das docentes, sem apoio sistemático da gestão escolar ou de políticas públicas. A seguir, algumas falas que ilustram esse cenário:

Local, equipe, preparação (Professora 8).

Tendo mais lugares onde a educação infantil possa ter mais contato com a natureza (Professora 16).

Esperamos que em breve tenha mais lugares que podemos estar em contato com a natureza (Professora 17).

Fazer com que as crianças enxerguem possibilidades de brinquedos e brincadeiras com elementos naturais (Professora 18).

Esses relatos evidenciam que, embora haja sensibilidade e criatividade por parte das professoras, a ausência de suporte institucional enfraquece a continuidade e o alcance dessas iniciativas. As ações acabam se restringindo à boa vontade de algumas educadoras, quando deveriam ser parte integrante de uma política pedagógica coletiva e sustentável.

Paulo Freire (1996) lembra que não se pode educar com base apenas na iniciativa isolada do professor, pois “a prática exige de mim uma definição”, ou seja, um compromisso político-pedagógico que não pode ser sustentado sozinho. A transformação da prática educativa demanda o fortalecimento de redes, vínculos e espaços institucionais de escuta e ação.

Carvalho (2004) propõe que a construção do sujeito ecológico requer um ambiente formativo em que haja reconhecimento, diálogo e práticas pedagógicas vinculadas ao cotidiano e à realidade social das crianças e professoras. Nesse sentido, práticas desconectadas da gestão e das políticas públicas tornam-se frágeis, com menor poder de transformação.

Revbea, São Paulo, V. 20, Nº 8: 212-227, 2025.

Leff (2003) destaca a importância de processos pedagógicos que promovam a “desconstrução do pensado”, criando espaços de invenção e insurgência diante da lógica tradicional das instituições escolares. Para isso, é preciso romper com a fragmentação e fortalecer coletivos capazes de sustentar uma Educação Ambiental crítica.

Brandão (1999) também reforça a potência dos saberes produzidos na experiência cotidiana e a necessidade de valorizá-los nas práticas escolares, por meio de relações horizontais entre os sujeitos e de projetos que se articulem com o território, com as famílias e com a comunidade.

Dessa forma, o que se evidencia é que a presença de práticas sustentáveis isoladas, ainda que potentes, aponta para a urgência de políticas formativas continuadas, coletivas e enraizadas no contexto escolar, que reconheçam o protagonismo das professoras e ofereçam suporte real para transformar a escola em um espaço de cuidado com a vida.

Conclusões

O estudo teve como objetivo compreender os principais desafios enfrentados pelas professoras da Educação Infantil para promover práticas pedagógicas voltadas à educação para a sustentabilidade. A partir da análise qualitativa das respostas aos questionários, foi possível identificar que o objetivo proposto foi plenamente alcançado, permitindo uma leitura sensível e crítica das condições concretas que atravessam o cotidiano das docentes.

As quatro categorias construídas – infraestrutura escolar limitada e ausência de espaços verdes; currículo engessado e excesso de demandas burocráticas; iniciativas isoladas e ausência de apoio institucional; e contato espontâneo com a natureza nos momentos de brincadeira – evidenciam que, embora haja interesse e empenho de muitas educadoras, as práticas sustentáveis ainda se concretizam de forma fragmentada, enfrentando entraves estruturais, curriculares e políticos. Fica evidente que não se trata apenas de uma questão de vontade individual, mas de uma demanda por políticas públicas mais sensíveis à causa ambiental e a investimentos em formação continuada, infraestrutura adequada e reorganização do tempo pedagógico.

Conclui-se que é urgente repensar os contextos escolares, favorecendo práticas que valorizem o contato das crianças com a natureza desde a infância, especialmente em contextos urbanos. Para tanto, é necessário romper com a lógica de emparedamento e abrir espaços de escuta e criação coletiva dentro das instituições. Como sugestão para continuidade da pesquisa, propõe-se o aprofundamento das vozes docentes por meio de entrevistas ou grupos focais, bem como o acompanhamento de projetos pedagógicos em andamento que busquem integrar natureza, infância e sustentabilidade em propostas educativas transformadoras.

Referências

- ALMEIDA, Vivian Soares de. **Estágio supervisionado com enfoque na Educação Ambiental: perspectivas de uma sala verde**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Agronomia, Seropédica, 2018. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12201>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- BARDIN, Lauren. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CASTRO, Vanessa Monteiro. **O letramento e a Educação Ambiental nos contextos, diálogos e práticas do CAIC Paulo Dacorso Filho: limites e possibilidades**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação, Seropédica, 2017. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13021>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e Educação Ambiental: conceitos para se fazer Educação Ambiental**. Brasília: Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPE, 1998. 101 f. (Cadernos de Educação Ambiental). Disponível em: <https://www.agraer.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Livro-EducacaoAmbiental-ISABEL.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- CONCEIÇÃO, Marcella Melo Silva da. **Conflitos socioambientais e seus reflexos nas práticas pedagógicas escolares – o caso da Ilha da Madeira, Itaguaí/RJ**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Seropédica, 2015. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13106>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- FARIA, Jeniffer de Souza. **Pesquisa-formação em Educação Ambiental on-line: experiências e saberes em rede**. 2021. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Nova Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/9929>. Acesso em: 31 jul. 2025.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. 144 p

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992b. 245p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 148 p.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do projeto pedagógico**. Cadernos Educação Básica - O projeto pedagógico da escola. Atualidades pedagógicas. MEC/FNUAP, 1994.

GIL, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

GUIMARÃES, Mauro. **A formação de educadores ambientais**. Campinas: Papyrus, 2004. 176 p.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus. 1995. 107p.

GUIMARÃES, Mauro. Armadilha paradigmática na Educação Ambiental. In LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S.de (orgs.). **Pensamento complexo, dialética e Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

GUIMARÃES, Mauro. **Revisitando reflexões necessárias**. In GUIMARÃES, Mauro; Fonseca, Lana (orgs). Educação em ciências e Educação Ambiental: caminhos e confluências. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2012.164p.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, Bárbara de Fátima Rodrigues Silva dos. **Construção de uma proposta de Educação Ambiental crítica-transformadora**: temas geradores como pontes entre trilha ecológica e escola. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Educação, Seropédica, 2022. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/15004>. Acesso em: 31 jul. 2025.